

ATA DA 245ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A., REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 10 horas, em caráter ordinário, reuniram-se na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, nesta Capital, os Senhores e Senhora Membros do Conselho Fiscal da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A, eleitos em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, que ao final assinam a presente Ata. Presentes também o Senhor Carlos Alberto Marques Silva – Diretor Financeiro e de RI, o Senhor Paulo Roberto Fares – Diretor Administrativo, o Senhor Pedro Eduardo Fernandes Brito – Gerente do Departamento Jurídico, a Senhora Rosane Palharim – Sócia da KPMG Auditores Independentes e o Senhor Paulo Roberto Lessi – Secretário Executivo que responde pela coordenação e atendimento às atividades do Conselho Fiscal perante os órgãos da Companhia, para tratarem da seguinte pauta: **1)** Apresentação das Informações Trimestrais - 3º ITR/2017; **2)** Apresentação do Relatório da Auditoria Independente - 3º ITR/2017; **3)** Apresentação sobre “Passivos Judiciais (cíveis, trabalhistas, tributários) e Critérios de Provisionamento e Perda (possível, provável, remota)”; **4)** Rescisão de Contrato de Trabalho por Acordo Mútuo; **5)** Orçamento e Planejamento Estratégico 2018-2022; **6)** Apresentação da posição de Contas a Receber em Atraso; **7)** Apreciação de Relatórios de Reunião de Diretoria - RD's; **8)** Apreciação de Ata de Reunião do Conselho de Administração – RCA, e **9)** Assuntos de interesse geral. Esta pauta teve a ordem de apresentação ajustada em relação a sua Convocação. Iniciada a reunião, para o **item 1** o Senhor Carlos Alberto comentou sobre a variação dos *Indicadores Econômico-Financeiros* e suas aplicações na EMAE. Sobre a *Evolução do Lucro do Período*, que registra em set/2016 R\$46,1 milhões e set/2017 R\$16,1 milhões, comentou sobre os principais impactos redutores como a Receita Operacional Líquida, o Arrendamento e Resultado Financeiro, já com impacto positivo as Provisões para Contingências, o resultado da PCH Pirapora e o IR e CSLL. Na mesma linha comentou também sobre a *Evolução do Lucro no 3º Trimestre*, que registra no 3º tri/2016 R\$22,4 milhões e 3º tri/2017 R\$11,5 milhões. A *Demonstração de Resultados*, comparando 30/09/2017 com 30/09/2016, apresenta Receita Operacional de R\$146 milhões menor em R\$7,3 milhões. As Despesas

Operacionais de R\$135,8 menores em R\$2,1 milhões, destacando as Despesas Gerenciáveis com Pessoal com maiores influências por Reajuste Salarial, Rescisões Contratuais e Assistência Médica. As Provisões Operacionais e para Contingências de R\$(-)3,2 milhões foram menores em R\$13,5 milhões pelo impacto de Reversões de ordem Trabalhista. Assim, o Lucro do Período - em 30/set foi de R\$16,1 milhões, ficando menor em R\$30 milhões. Já o Lucro do 3º Trimestre/17 ficou em R\$11,5 milhões, portanto, menor em R\$10,8 milhões em relação ao 3º tri/16. Dando sequência, para o **item 2**, a Senhora Rosane Palharim informou que as situações e resultados apresentados no 3º ITR estão em linha, nada havendo para ser dado como sendo evento ou fato relevante. Destacou que o impacto resultante do acordo firmado com a Sabesp está sendo avaliado juntamente com a Diretoria da EMAE, e será adotado o conceito mais apropriado ao evento. Passando para o **item 3**, o Senhor Pedro Brito explanou sobre o tema *Passivos Judiciais e Administrativos*, abordando sobre as classificações (remota, possível e provável) dadas às contingências, e que a provisão é feita somente para as classificadas como "Prováveis". Informou que não existe um critério específico para determinação de *provisões judiciais*, sendo feita a aplicação analógica do CPC 25. Já na mensuração do valor de um processo inicia-se com o pior cenário e são feitos reajustes progressivos. A estimativa desse valor procura ser sempre realista e com base em dados, e no caso de ações *trabalhistas* com base na estrutura de benefícios da empresa. O acompanhamento é feito em cada fase do processo e com relatórios trimestrais para ajustes. O desafio da área jurídica é compor e manter uma equipe multidisciplinar com especialistas em provisões, verbas vencidas e vincendas, realizar a provisão pedido a pedido (aplicando o conceito do Novo CPC), além de acompanhar o comportamento do judiciário entre outros. Comentou sobre a *jurimetria* que envolve toda a avaliação jurídica agregada a dados estatísticos, cenários probabilísticos e etc., existindo hoje consultorias especializadas na sua aplicação e com serviços oferecidos no mercado. Comentou sobre o *Acordo Mútuo* (ou *Comum Acordo*), assunto esse demandado em reunião anterior, informando que este figura na Cláusula 25ª - Gerenciamento de Pessoal, do Acordo Coletivo de Trabalho, e as condições em que é utilizado e a segurança oferecida para a Empresa, considerando os termos convencionados em *Instrumento de Cessação de Contrato*

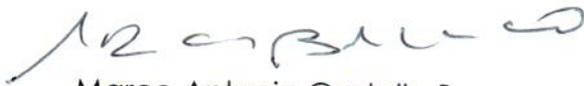
de Trabalho por Acordo Mútuo assinado também pelo Empregado e o Sindicato de Classe, onde é expresso que "[...] o empregado renuncia à garantia de emprego constante do "caput" da Cláusula Vigésima Quinta do Acordo Coletivo 2016-2017, bem como, à estabilidade de representante da CIPA. Renuncia, também, a todo e qualquer direito trabalhista relacionado ao contrato de trabalho objeto da presente resilição para nada mais reclamar, seja a que título for [...]". Concluindo sua participação, comentou sobre a atuação mensal do Comitê de Provisões cuja composição é multidisciplinar envolvendo profissionais da área financeira, contábil, jurídico, recursos humanos. Em seguida, para o **item 4**, em atendimento a demanda sobre o "acordo mútuo" realizada na última reunião desse Conselho, o Senhor Paulo Fares informou que foram realizados 34 desligamentos em 2016 e, destes, 10 foram por acordo mútuo. Informou que "a EMAE, estrategicamente, fez uso da cláusula de "comum acordo" do ACT para reduzir seu custo com folha de pagamento e eliminar riscos de possíveis ações trabalhistas de reintegração ao quadro de pessoal da empresa". Comentou que não existe diferença nas indenizações trabalhistas para desligados por comum acordo ou por atingimento da carência no Fundo de Pensão - a 2ª data, pois ambas contam com pagamento da multa do FGTS e do aviso prévio. Ressaltou que a Diretoria da EMAE, desde 2016, "tem sido mais restritiva e criteriosa quanto à aprovação de desligamentos por comum acordo, uma vez que seu quadro de pessoal está muito reduzido e ainda não obteve a aprovação do concurso público emergencial". Para o **item 5** sobre Orçamento e Planejamento Estratégico 2018-2022, o Senhor Carlos Alberto iniciou sua apresentação fazendo um overview das projeções e realizações do Planejamento Estratégico, do Orçamento e Fluxo de Caixa e também da área de Recursos Humanos, abrangendo o ano de 2017. Dando sequência passou a apresentar as premissas adotadas para os cenários macroeconômicos, regulatório, receitas e aplicações previstas e também de ordem operacional. Desta forma projeta-se R\$74,5 milhões em Despesas Operacionais cujos valores mais expressivos envolvem a contratação de Seguros, de Apoio Operacional e a aquisição de Materiais e Serviços para a operação da Usina Termoelétrica Piratininga. Já os Investimentos, no total de R\$28 milhões, inclui a motorização de Edgard de Souza com R\$6,5 milhões, e outros valores envolvendo a Trinca de Pirapora, a

Recuperação de Instrumentos e Estrutura da Barragem de Pedreira, a Ampliação das Balsas, a aquisição de Transformadores de 15 e 20 Mva, Rotores para Henry Borden e Sistemas de Informação e de Segurança das Barragens, entre outros investimentos. O Fluxo de Caixa projeta como saldo do Caixa Final, entre 2018 e 2022: R\$164,6 MM, R\$209,7 MM, R\$277,2 MM, R\$347,7 MM e R\$418,1 MM respectivamente. Concluiu comentando sobre os "riscos e oportunidades" mapeados e sobre "o que fazer em 2018 e 2019" como a realização de concurso público, a solução regulatória para Edgard de Souza, iniciativas de redução de custos, o fomento em cadeias de biogás, a alienação de imóveis não operacionais, as balsas entre outras ações. Pelo **item 6** sobre Contas a Receber em Atraso, será encaminhado por e-mail, e disponibilizado no site, o respectivo Relatório à ser fornecido pela Diretoria Financeira. No **item 7** Relatórios de Reunião de Diretoria nº 715ª a 719ª nada houve para comentar. Para o **item 8** Ata de Reunião do Conselho de Administração, não houve disponibilização pela Secretária. No **item 9** Assuntos de interesse geral, registre-se que os Conselheiros solicitam que as apresentações e assuntos levados às reuniões sejam customizados de forma a atenderem ao tempo inicialmente previsto, e portanto, serem desmembrados para, se necessário, apresentação em duas reuniões, como forma de atender a agenda inicialmente planejada pelos participantes. Registre-se também a disponibilização no site da seguinte documentação: i- Relatórios de Diretoria nº 715ª a 719ª; ii- apresentações: 3º ITR-2017, Passivos Judiciais e Acordo Mútuo, Passivos Judiciais 2º ITR 2017 Resumo Geral, Acordo Mútuo de Rescisão Trabalhista, Plano Estratégico e Orçamento 2018-2022 e o Estudo Preliminar Juros sobre o Capital Próprio. Foi aprovada e assinada a ata da 244ª RCF. A próxima reunião está agendada para o dia 13/dez/2017 e será realizada em Cubatão – na Usina Henry Borden, oportunidade em que acontecerá a visita às instalações locais. Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata que segue assinada pelos Conselheiros presentes, conforme consta na folha de nº 5.

Folha de assinaturas da ata da 245ª Reunião do Conselho Fiscal.


Fabio Bernacchi Maia


Fernanda Montenegro M. Rizek


Marco Antonio Castello Branco


Pedro Henrique G. Guerra


Wagner Montoro Junior